

AMBIENTE ESTRATÉGICO EMPRESARIAL

BIODIESEL

Petrobras vai produzir biodiesel a partir de óleo de peixe no Ceará – Valor Econômico, Agronegócios.

O braço de biocombustíveis da Petrobras informou que sua usina de biodiesel em Quixadá (CE) começará a operar ainda neste mês com produção de biodiesel a partir do óleo extraído de vísceras de peixes, conhecido como OGR (óleos e gorduras residuais) de peixe.

Em dezembro, a Petrobras Biocombustível recebeu 4,55 toneladas da matéria-prima, resultado do primeiro contrato de compra firmado com a Cooperativa dos Produtores do Curupati, em Jaguaribara, região centro sul do Estado.

Conforme informações da estatal, até o fim de 2015, o projeto poderá alcançar metade dos 600 piscicultores familiares que atuam nos dois maiores açudes da região: o Castanhão, que tem áreas produtivas nos municípios de Jaguaribara, Jaguaratama e Alto Santo, e o Orós, nos municípios de Orós e Quixelô, ambos na bacia hidrográfica do rio Jaguaribe.

A expectativa da Petrobras Biocombustível é adquirir, em média, 15 toneladas por mês da matéria-prima.

A introdução do óleo de peixe na cadeia produtiva do biodiesel é uma parceria da Petrobras Biocombustível, do Ministério da Pesca e Aquicultura, da Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará, da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec), do Núcleo Tecnológico da Universidade Federal do Ceará, do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil, do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs) e das prefeituras de Jaguaribara e de Orós.

Petrobras vai triplicar processamento de sebo bovino para biodiesel – Valor Econômico, Agronegócios. 26/01/2015

SÃO PAULO - A Petrobras Biocombustível, braço de energia renovável da estatal, informou que vai triplicar a capacidade de processamento de sebo bovino de sua unidade de produção de biodiesel em Montes Claros (MG).

A capacidade será elevada das atuais 50 mil toneladas por ano para 158 mil toneladas. Com isso, o óleo refinado a partir do sebo bovino representará 35% no mix de matéria-prima utilizada na produção do “Biodiesel 100 (B-100)”, índice máximo permitido dentro das especificações do combustível. A construção da nova unidade de refino físico tem início em fevereiro e será entregue em outubro.

Com o aumento da capacidade de refino do sebo bovino em Montes Claros, haverá um volume excedente do óleo, que poderá ser escoado para as usinas da Petrobras Biocombustível em Candeias, na Bahia, e Quixadá, no Ceará, conforme explicou a estatal.

A planta mineira tem autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para produzir 152 milhões de litros anuais de biodiesel. Por isso, a usina consumirá, no máximo, 53,2 milhões de litros do óleo bovino (35% do total) por ano.

De acordo com estimativa da Embrapa, cerca de 1,560 milhão de toneladas de sebo bovino são produzidas no país anualmente e cada quilo de sebo pode gerar até 800 mililitros de biodiesel.

ETANOL

Com usinas em crise, Sertãozinho faz pacto para reduzir demissões. Rene Moreira – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 09/01/2015

Dificuldades no setor sucroalcooleiro, que movimenta 70% do PIB da cidade, causaram 2.400 dispensas em 2014

Para enfrentar em 2015 a crise no setor sucroalcooleiro, uma cidade paulista resolveu fazer um pacto que envolve prefeitura, vereadores, empresários, comerciantes, sindicatos e outras entidades. Em Sertãozinho, onde 70% do Produto Interno Bruto (PIB) vem do etanol e do açúcar, houve no ano passado 2.400 demissões nas metalúrgicas que atendem as demandas das usinas, e as expectativas para este ano não são nada animadoras.

Diante disso, uma série de ações foi definida para reduzir o impacto da crise e ajudar os desempregados. Eles terão a cobrança de dívidas suspensa por 90 dias - até o início da próxima safra da cana. E, entre outros benefícios, poderão adquirir cestas básicas no município a preço de custo, R\$ 69,90 cada.

Essas medidas de emergência se devem ao fechamento de usinas e às dispensas em massa nas metalúrgicas. O "Pacto Social pelo Emprego" foi formatado por um grupo criado com representantes de vários setores da comunidade. O secretário municipal de Indústria e Comércio, Carlos Roberto Liboni, diz que as ações envolvem supermercados, planos de saúde, bancos, entidades e empresas.

Segundo ele, foi elaborado um documento onde são pontuadas as ações de cada um dos setores. A prefeitura afirma que Sertãozinho tem a maior concentração da cadeia produtiva sucroenergética do País e apresenta uma queda constante e acentuada de sua capacidade de manter os postos de trabalho.

Antes de chegar a um consenso, o grupo formado para avaliar as ações se reuniu oito vezes. As medidas poderão ser estendidas ao final do prazo, mas isso dependendo da redução do desemprego e de outras questões. Um dos benefícios para os trabalhadores atingidos pela crise envolve os planos de saúde. Eles se comprometeram a manter os contratos pelo valor corporativo, mesmo em caso de demissão do titular.

Por sua vez, o Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroenergético e Biocombustíveis (Ceise-Br) e o Sindicato dos Metalúrgicos se comprometeram a montar uma Câmara de Mediação, junto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Justiça do Trabalho e a Promotoria. O objetivo é reduzir as pressões para demissões

em massa com a criação de instrumentos de conciliação, como acordo de banco de horas, jornadas especiais ou suspensão temporária do contrato de trabalho.

Já a Associação Comercial e Industrial de Sertãozinho ficou de orientar, de maneira ostensiva, seus filiados a renegociarem dívidas. O Banco do Brasil também seguirá esse mesmo parâmetro para atender empresas e pessoas físicas, oferecendo maior carência e menores juros, além de prorrogação de parcelas não vencidas e condições diferenciadas de crédito. Já a OAB intensificará seu programa de assistência judiciária gratuita.

Protesto. Todos os participantes do pacto estarão presentes no "Movimento Popular pelo Emprego do Setor Sucroenergético", marcado para o dia 27 deste mês. Na ocasião, a cidade vai parar e haverá uma manifestação com a finalidade de chamar a atenção do governo federal e do governo do Estado.

Sertãozinho enfrenta há três anos a desaceleração da economia. O secretário Carlos Liboni afirma que a intenção é que todos os setores voltem se reunir em março para avaliar o resultado das medidas e, eventualmente, estender o pacto. Nos últimos quatro anos, cinco usinas fecharam as portas na região, ao mesmo tempo em que não houve nenhum pedido para a abertura de novas unidades.

Na prefeitura, mesmo tendo iniciado 2014 com superávit de R\$ 10 milhões, foram contabilizados R\$ 20 milhões em perdas somente com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no decorrer do ano, e o orçamento fechou com déficit de R\$ 10 milhões. Para tentar equilibrar as contas em 2015, o prefeito José Alberto Gimenez (PSDB) anunciou a demissão de até 15% dos funcionários comissionados.

Apesar dos problemas, o prefeito se mantém otimista. "Penso sempre que as coisas vão melhorar. Às vezes, precisam piorar para melhorar, ouvia isso do meu avô e acho que faz sentido", afirma. Para ele, a situação deve continuar ruim por alguns meses, mas depois Sertãozinho vai se adequar à nova realidade e voltará a ser uma potência sucroalcooleira.

Gigante do setor sucroenergético fecha usina e demite 250 pessoas em SP. Gabriela Yamada – Folha de São Paulo, Mercado. 19/01/2015

A crise no setor sucroenergético e a escassez de cana para moagem devido à estiagem fizeram com que a Raízen, maior produtora de açúcar e etanol do país, suspendesse as atividades da usina Bom Retiro, em Capivari, no interior do Estado.

Foram realizadas 250 demissões e outros 506 funcionários deverão ser realocados nas 24 usinas do grupo. A medida da Raízen é válida por dois anos, segundo a assessoria de imprensa do grupo.

O setor passa por turbulências há anos.

De acordo com a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), ao menos nove usinas devem deixar de operar na safra deste ano. Das 392 usinas em funcionamento no país, 70 operam em recuperação judicial. Em sete anos, 58 empresas do setor encerraram as atividades.

Com a suspensão das atividades da unidade de Capivari, a matéria-prima será redirecionada para outras usinas. A Raízen afirmou ainda que a operação dos fornecedores não será afetada.

A empresa conta com uma produção anual de 2 bilhões de litros de etanol e 4,5 milhões de toneladas de açúcar.

A forte estiagem do ano passado agravou a crise no setor sucroenergético, que registrou, em 2014, 13.681 demissões em todo o Estado, segundo dados da Fiesp/Ciesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado).

Em nota, o diretor da Unica Antonio de Pádua Rodrigues disse que o impacto da estiagem não foi maior porque houve aumento de área e produtividade em regiões não atingidas pela seca.

O setor acusa o governo Dilma Rousseff de ter deixado de lado as políticas voltadas ao etanol e focado, principalmente, no pré-sal.

O governo federal, por sua vez, diz que apoia o setor.

EFEITO CASCATA

A crise afeta toda a cadeia produtiva do setor sucroenergético, além do comércio.

Sertãozinho, na região de Ribeirão, tem um dos piores cenários econômicos.

De acordo com o prefeito Zezinho Gimenes (PSDB), a reação da crise tem um efeito em cadeia: há queda na arrecadação, estagnação no comércio e desemprego.

Para a retomada do setor, a prefeitura, a Câmara e outras cinco entidades, como o Ceise (Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroenergético e Biocombustíveis), decidiram se unir para mobilizações — o mesmo movimento ocorreu na década de 1980.

De acordo com Carlos Liboni, secretário da Indústria e Comércio, no próximo dia 27 o movimento tentará suspender as atividades de todas as empresas para uma caminhada de cerca de 2 km.

São esperados trabalhadores dos setores metalúrgico, canavieiro e comercial.

Unica espera que imposto maior sobre gasolina ajude setor de etanol. Roberta Scrivano – O Globo, Economia. 20/01/2015

Associação de produtores espera que mudança na tributação seja definitiva

SAO PAULO - O aumento dos impostos (Cide e Pis Confins) sobre a gasolina, anunciado na segunda-feira pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, devolverá a competitividade ao etanol. A afirmação é de Elisabeth Farina, presidente da União da Indústria da Cana de Açúcar (UNICA), que concedeu entrevista para falar sobre o tema na manhã desta terça-feira em São Paulo.

— Com o aumento do preço da gasolina na bomba, será mais vantajoso para o consumidor abastecer seu carro de etanol — garantiu, acrescentando que hoje 70% da frota nacional roda com os dois combustíveis.

A expectativa é que haja aumento médio de 7% no preço do litro da gasolina, segundo disse Antonio de Pádua, diretor técnico da UNICA. Somado a isso, o estoque de etanol na indústria sucroalcooleira é suficiente para abastecer o mercado até o fim de abril ou começo de maio. Como o setor está agora na chamada entressafra, enquanto houver estoque, diz Pádua, o preço do etanol não vai subir. Quando a estocagem acabar, no entanto, ele já alerta que deve haver reajuste nos preços.

— Preço é mercado, demanda. Não dá para dizer vai subir ou quanto vai subir — reforçou Elizabeth.

Para os executivos, no entanto, ainda é cedo para falar sobre aumento dos investimentos nas plantações e usinas — que vem sofrendo há alguns anos com a falta de incentivo do governo. Para Elizabeth, o governo precisa mostrar que a diferenciação de impostos entre etanol e gasolina é uma medida definitiva.

— Sem dúvida é muito positivo o aumento dos impostos sobre a gasolina e diesel. Mas a indústria precisa ter certeza da continuidade desta medida para se planejar — afirmou.

Com reajuste da gasolina, etanol também deve subir. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 21/01/2015

O aumento de impostos sobre a gasolina beneficia o etanol, que deve ganhar competitividade. Com o preço da gasolina em alta, a tendência é que a demanda por álcool hidratado aumente, abrindo espaço para reajustes também do combustível derivado da cana.

"Os preços podem aumentar com a pressão sobre a oferta de etanol, o que será bom para recompor as margens do setor, que hoje estão negativas", disse a presidente da Unica (União da Indústria da Cana-de-açúcar), Elizabeth Farina.

Ela ressaltou, porém, que o comportamento dos preços, tanto do etanol como da gasolina, vai depender de como o mercado vai se comportar (consumidores, distribuidoras, postos, usinas e a própria Petrobras).

A estatal já informou que deve repassar a alta de PIS/Cofins e o retorno da Cide (tributo regulador do preço de combustíveis) para os preços nas refinarias. Considerando o repasse integral da alta dos impostos, o aumento seria de pelo menos R\$ 0,22 por litro de gasolina.

Para Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, a decisão cria um potencial de aumento para o etanol hidratado de R\$ 0,15 por litro, o equivalente a 70% (paridade entre o preço do álcool e o da gasolina) de R\$ 0,22.

"Tendo em vista que as margens do setor têm ficado muito baixas, boa parte desse aumento potencial deve ser capturado pelo produtor", disse.

Ele avalia que as usinas também terão espaço para aumentar o valor do etanol anidro, que é misturado à gasolina. Nesse caso, segundo Nastari, o aumento potencial passa a ser de R\$ 0,22 por litro.

"Temos estoques até abril ou maio do ano que vem e a oportunidade de praticar preços melhores para o período", disse o diretor-técnico da Unica, Antonio de Pádua Rodrigues.

ABASTECIMENTO

Segundo Nastari, o setor sucroalcooleiro encerrou 2014 com estoques de etanol em nível recorde. Em 31 de dezembro do ano passado, eles eram 1,1 bilhão de litros superiores aos verificados na mesma data de 2013.

"Esse estoque, causado pelo aumento na produção de etanol na safra passada, vai dar suporte ao aumento de consumo que deve ocorrer", afirmou.

Para Rodrigues, da Unica, o aumento na geração de caixa das usinas -possibilitado pelas novas condições de mercado- deve estimular um crescimento no índice de reforma dos canaviais no próximo ano. Em 2014, eles ficaram 14% abaixo do ideal. "Podemos recuperar produtividade", disse.

INVESTIMENTOS

A volta da Cide é um antigo pleito do setor sucroalcooleiro, que entende que, pelas compensações ambientais, o biocombustível deve ter condições tributárias diferenciadas em comparação à gasolina.

Farina comemorou a medida. Apesar de o objetivo principal da mudança ter sido o ajuste fiscal, ela entendeu o retorno da Cide como um sinal de que o governo federal está mais atento aos problemas do setor.

A presidente da Unica ressaltou, no entanto, que a medida ainda não é suficiente para incentivar investimentos em ampliação da capacidade de produção.

"É importante dar estabilidade às regras para retomar o ciclo de investimentos no etanol", disse.

Protesto por apoio ao setor sucroenergético fecha rodovias no interior de São Paulo. Rene Moreira – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 27/01/2015

Em Sertãozinho, mais de 8 mil pessoas reivindicam políticas de incentivo ao açúcar e etanol; acesso a cidades importantes da região, como Ribeirão Preto, ficou fechado por cerca de três horas

RIBEIRÃO PRETO - Mais de 8 mil pessoas, pelas contas da Polícia Militar, participaram de um protesto na manhã desta terça-feira em Sertãozinho, cidade paulista que sofre com a crise no setor sucroenergético. Com cartazes e faixas, os manifestantes fecharam por mais de três horas as rodovias Armando de Sales Oliveira (SP-322) e Carlos Tonani (SP-333).

Com a interdição o acesso a cidades importantes da região, como Ribeirão Preto (SP), ficou impedido e houve congestionamentos. Mas sem maiores problemas, sendo o ato acompanhado pelas Polícias Rodoviária e Militar, com o apoio de um helicóptero.

Em função do protesto, fábricas, comércio e outros setores resolveram não abrir as portas nas primeiras horas do dia e dispensar seus funcionários para participarem da manifestação. De acordo com os organizadores, 12 mil pessoas aderiram ao protesto que parou a cidade do interior paulista na manhã desta terça-feira.

POLÍTICA NACIONAL

BIODIESEL

Matéria-prima para biodiesel aumenta renda de assentado da reforma agrária. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/01/2015

Desde que nasceu Fábio Wilson Gottens, 30 anos, vive no campo, em Jataí (GO). Os pais cultivavam soja e milho. Com o objetivo de dar continuidade à produção familiar, Fábio viu uma oportunidade de alavancar o negócio ao conhecer o Programa Nacional de Biodiesel do Governo Federal. É com a venda da matéria-prima para a fabricação de combustível renovável que vem boa parte da renda que sustenta a família.

“Assim que começou essa história de biodiesel nós já iniciamos a venda. É um grande incentivo. A gente tem a garantia de um preço melhor para o produto”, conta.

Casado e pai de uma menina de cinco anos, Fábio afirma que a vida melhorou muito. Com uma propriedade de 30 hectares no assentamento Rio Paraíso, a 40 quilômetros do município de Jataí, o agricultor já financiou uma colheitadeira e uma plantadeira pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). “Agora, planejamos financiar um trator para potencializar ainda mais a produção das safras”, explica.

A família também cultiva milho como segunda safra. O agricultor explica que a plantação é feita após o ciclo da soja e por isso é conhecida como “safrinha”. O milho é transformado em fubá e posteriormente comercializado pelos Programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e de Aquisição de Alimentos (PAA).

Ao todo, Fábio consegue colher de 50 a 60 sacas de soja por hectare e de 100 a 120 sacas de milho. “Eu e minha família, meus pais, meus irmãos sempre vivemos da agricultura familiar. A gente tira toda a nossa renda em cima da nossa produção, é o nosso ganha-pão”, afirma.

Infraestrutura

O Assentamento Rio Paraíso abriga aproximadamente 165 famílias com propriedades de 30 hectares cada. Com máquinas da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) doadas pelo Governo Federal ao município de Jataí, as vias de acesso internas e externas do assentamento foram recuperadas. “Isso melhorou muito nosso percurso. Uma parte da estrada ainda é de chão, mas as estradas estão bem melhores depois da manutenção”, avalia.

ETANOL

Preço do etanol ao motorista sobe em 12 Estados, diz ANP – Valor Econômico, Agronegócios. 15/01/2015

SÃO PAULO - Os preços do etanol ao consumidor final nos postos voltaram a subir na maior parte dos Estados brasileiros entre 4 e 10 de janeiro na comparação com a semana anterior. Conforme levantamento da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o preço médio do hidratado, que é usado diretamente no tanque dos veículos, subiu em 12 Estados no período, sendo a maior alta observada em Santa Catarina (0,86%). Em São Paulo, maior centro consumidor de combustíveis do país, o preço médio do hidratado subiu 0,10%, a R\$ 1,914 o litro.

Já os preços da gasolina ao consumidor final subiram em oito Estados no período, sendo que as maiores valorizações foram observadas na Bahia e no Amazonas, de 0,45%.

Houve queda dos preços do etanol hidratado em 10 Estados e da gasolina em 14 e no Distrito Federal na última semana na comparação com a anterior, conforme dados da ANP. O preço médio do hidratado ficou estável em quatro Estados e no Distrito Federal e o da gasolina, em 4.

Na semana entre 4 e 10 de janeiro, permaneceu vantajoso ao consumidor final abastecer com etanol hidratado em vez de gasolina em 5 Estados (São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso). Conforme o parâmetro mais aceito pelo mercado, essa vantagem ocorre quando o preço do etanol equivale a menos de 70% do preço da gasolina.

Aumento da gasolina dá impulso ao etanol. Mônica Scaramuzzo – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 20/01/2015

Usinas de álcool agora esperam a elevação da mistura no combustível e redução do ICMS

As usinas de açúcar e etanol do País receberam bem o anúncio feito pelo governo federal, na noite de segunda-feira, da elevação das alíquotas PIS/Cofins e a reintrodução da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a gasolina. “A notícia é boa para o setor. O impacto será positivo, se a Petrobrás fizer o repasse dos impostos na gasolina, como já sinalizou”, afirmou ao Estado, Roberto Rodrigues, presidente do conselho da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única).

“A indústria fica mais competitiva, mas ainda é preciso a adoção de outras medidas, como a elevação da mistura do álcool anidro à gasolina e redução do ICMS sobre o etanol”, disse.

De acordo com o anúncio feito pelo governo, a Cide voltará efetivamente em três meses, com incidência de R\$ 0,22 por litro de gasolina. Em fevereiro, retornará em R\$ 0,10 por litro, enquanto as alíquotas PIS/Cofins, em R\$ 0,12 por litro.

“A Cide dá vantagem competitiva ao etanol hidratado (concorrente direto da gasolina) e a elevação da mistura na gasolina (de 25% para 27,5%) dará vantagem ao anidro (usado

na mistura) ”, disse o ex-ministro, que desde o ano passado está à frente da Unica para traçar estratégias para o setor. “As usinas que estão bem, vão continuar bem; as que estão em situação mais delicada, terão um alívio”. A elevação da mistura ainda está em discussão e deverá ser aprovada nas próximas semanas, segundo fontes de mercado.

A Unica informou nesta terça-feira que as usinas do Centro-Sul têm estoques suficientes para atender à demanda por etanol, tanto hidratado quanto anidro “até o fim de abril”. A nova safra, a 2015/16, que se inicia em abril, “deverá ser ainda mais alcooleira” do que a atual.

A presidente da entidade, Elizabeth Farina, destacou que “está na agenda da entidade” lutar pela reintrodução integral da Cide no preço da gasolina.

ICMS. Está prevista ainda para este mês uma reunião entre os governadores dos nove Estados produtores de cana - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco e Alagoas e Paraná - para discutir a redução do ICMS sobre o etanol, o que daria maior competitividade ao combustível renovável. Minas deverá aprovar a redução dos atuais 19% para 14% e aumento do imposto sobre a gasolina de 27% para 29%.

De acordo com Roberto Rodrigues, o retorno da Cide e a elevação da mistura, quando aprovada, ajudará o setor como um todo, mas ressalta que o governo federal precisa discutir qual o papel do etanol na matriz energética do País. “O governo atual deu um grande passo ao retomar a conversa com o setor”.

Nova mistura de etanol à gasolina será anunciada em fevereiro, diz Kátia Abreu. Julia Borba – Folha de São Paulo, Mercado. 22/01/2015

O aumento na mistura de etanol à gasolina deverá ser anunciado pelo governo federal na primeira semana de fevereiro e entrará em vigor 90 dias depois, dando fim a um longo debate entre poder público e diferentes setores industriais sobre o assunto, disse nesta quinta-feira (22) a ministra da Agricultura, Kátia Abreu.

"Essa decisão deve ser tomada pelo governo na primeira semana de fevereiro. Isso deu um fôlego e deu uma acalmada no setor", declarou a ministra, em entrevista à imprensa internacional, afirmando que o novo percentual ainda não foi decidido.

A mistura de etanol anidro à gasolina está atualmente fixada em 25%.

Em setembro do ano passado, a presidente Dilma Rousseff sancionou lei que prevê que o Executivo eleve a mistura do etanol na gasolina até o limite de 27,5%, desde que constatada sua viabilidade técnica, ou reduzi-la a 18%.

À época, a medida não foi bem recebida pela entidade que representa a indústria automobilística, Anfavea, argumentando que boa parte da frota ainda utiliza apenas gasolina no Brasil, e não estaria tecnicamente preparada para a mudança. No entanto, a mudança é vista pela indústria sucroalcooleira como forma de aliviar a crise vivida pelo setor.

MONTADORAS

O presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Luiz Moan, disse também nesta quinta-feira que a decisão final do governo sobre o aumento deve ser anunciada no dia 2 de fevereiro.

Moan, que esteve reunido com representantes do ministério de Minas e Energia, em Brasília, explicou que a entidade ainda realiza testes para detectar se a mudança pode alterar a durabilidade dos veículos.

Sem adiantar os resultados parciais do estudo, ele disse apenas que o governo fará uma nova reunião no dia 28 deste mês para esgotar o debate em torno do assunto.

No ano passado, o Brasil consumiu 132,9 bilhões de litros de combustíveis, aumento de 5,6% em relação a 2013.

Apenas o consumo de gasolina C (comercializada nos postos com adição de etanol) foi de 44,3 bilhões de litros, uma alta de 7,1% também na comparação com 2013.

Já o mercado de etanol hidratado fechou 2014 com volume total de 13 bilhões de litros, aumento de 10,4% em relação ao ano anterior.

DESEMPENHO

Uma fonte governamental afirmou à agência Reuters, em outubro, que veículos movidos com combustível com mistura de 27,5% de etanol passaram em testes de desempenho encomendados pelo governo.

Para a ministra Kátia Abreu, o setor sucroalcooleiro está "bastante deprimido" e reconheceu que a volta da cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), anunciada nesta semana, e o aumento da mistura do etanol na gasolina são importantes, mas que "de fato não são suficientes" e que o setor precisará de um arranjo mais "sustentável".

Ela afirmou ainda que o alívio ao setor em função dessas medidas é importante também para o planejamento do etanol como matriz energética.

Como estratégia para aumentar o valor dos produtos brasileiros no exterior, a ministra afirmou que irá em março à China para conversar sobre possibilidades de acordo na área do agronegócio.

"Nós temos o maior interesse em vender produtos mais agregados sempre. Nós precisamos fazer acordos setoriais com a China, por exemplo, e isso será um objetivo muito forte", disse.

Por um planejamento energético. Adriano Pires e Márcio Balthazar da Silveira – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 27/01/2015

A presidente Dilma, que já teve muita intimidade com a área de energia, encerrou o seu primeiro mandato com uma atuação desastrosa no setor, a começar pela tragédia que se abateu sobre a Petrobrás, passando pelo etanol e o setor elétrico.

Havia uma pálida esperança de que para o Ministério de Minas e Energia viesse alguém com mais autoridade, experiência, reconhecimento e trânsito no mercado de energia

para enfrentar e reverter o legado caótico herdado do primeiro mandato. Mas Dilma curvou-se, mais uma vez, às composições políticas ao indicar o novo ministro.

Espera-se que neste novo mandato os encarregados de fazer planejamento energético consigam formatar um Plano Plurianual para o País nos próximos dez anos. Um plano que tenha o condão de estabelecer um pacto que traga transparência e previna ações de governos pautadas por circunstâncias políticas que promovem desarranjos conjunturais desastrosos, privilegiam metas de curto prazo, desorganizam relações e entregam uma conta maior ainda mais adiante.

No caso do setor elétrico, há que se rever a Lei n.º 12.783/2013 e, ao mesmo tempo, promover a convocação de um grupo de trabalho com a presença de todos os agentes do setor, à semelhança do que ocorreu em 2001.

O setor de energia não pode e não deve ser mais usado para promover estelionatos eleitorais, como vem ocorrendo neste momento no setor elétrico. Depois de a presidente Dilma, em rede nacional, anunciar em 2013 uma redução de tarifas de 18%, em 2015 o aumento poderá chegar a 40%. Não é mais admissível que o realismo tarifário dure até as próximas eleições.

Em óleo e gás, é preciso ter a coragem e a determinação para retirar o setor da atual desorganização, consequência da tanga promovida na Petrobrás, que retirou da empresa a sua capacidade de tracionar o setor de óleo e gás natural e a indústria fornecedora de equipamentos e engenharia.

É preciso promover uma revisão de base no modelo da partilha e entender que o subsolo no Brasil é um patrimônio da sociedade brasileira, independentemente da nacionalidade dos agentes que pretendam explorá-lo. O Estado brasileiro é que tem de se aparelhar para preservar e assegurar que essa riqueza seja usufruída por todos os brasileiros.

É de fundamental importância a realização periódica e sistemática de rodadas de licitação de novas áreas produtoras. Da mesma forma, a legítima política de conteúdo local deverá incentivar a eficiência e a participação da indústria nacional. Mas que isso não resulte em mera reserva de mercado. E que se busque uma relação de compatibilidade entre capacidade e capacitação da indústria nacional no atendimento à demanda para que o privilégio não se transforme num fator de inibição ou de atrasos e aumentos nos custos.

A política de preços da energia terá de ser objeto de profunda reflexão. Quando a energia era cara no mundo, em razão de o barril do petróleo estar acima dos US\$ 100, no Brasil era barata durante o primeiro mandato da presidente Dilma. Na energia elétrica, o governo, por meio de medida provisória e de lei, reduziu as tarifas e obrigou a Petrobrás a vender gasolina e diesel abaixo dos preços do mercado internacional. Agora, com o barril valendo metade do preço, o mundo vai usufruir de energia barata, ajudando no crescimento econômico e na redução da inflação. Enquanto isso, aqui teremos de pagar a conta das barbeiragens dos últimos cinco anos com a energia mais cara do mundo.

O setor de energia exige mudanças com a adoção de políticas que forneçam sinais econômicos verdadeiros, que incentivem as inovações. Que estimulem a competição

entre agentes, mas com respeito aos contratos. Que estimulem o investimento privado de qualidade. Que permitam que as estatais tenham uma gestão de independência, transparência e eficiência e deixem de atuar como instrumentos de governo, aparelhadas pelos partidos políticos aliados.

**Adriano Pires e Marcio Balthazar da Silveira são, respectivamente, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) e sócio da NatgasEconomics*

NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

ETANOL

Queda do petróleo traz risco para produtores de etanol do Brasil, diz Fitch. Marta Nogueira – O Globo, Brasil. 08/01/2015

(Reuters) - A queda dos preços do petróleo para mínimas em vários anos aumentou o risco da indústria de açúcar e etanol do Brasil, apontou a agência de classificação de risco Fitch nesta quinta-feira.

Para a agência, os preços do etanol não devem ser elevados em 2015, considerando a conjuntura do mercado de gasolina, e as usinas terão que enfrentar os preços do açúcar deprimidos, com aumentos de custos.

A queda dos preços de barril de óleo, segundo a avaliação da agência, reduziu a pressão sobre a Petrobras para aumentar os preços da gasolina.

Para a Fitch, os produtores de açúcar e etanol precisariam aumentar os preços de etanol para compensar a baixa dos valores do açúcar, mas isso apenas seria possível se os preços da gasolina na bomba também fossem elevados, o que não é esperado, diante da derrocada do petróleo.

A forte desvalorização dos preços internacionais do petróleo permite que a Petrobras, pela primeira vez em anos, venda combustíveis por preços mais altos do que no exterior.

"Isso elimina as perdas da empresa causadas pela venda de gasolina e diesel a preços abaixo do mercado [nos anos anteriores]", disse a Fitch.

Segundo a agência, a Petrobras tem sido relutante em alinhar os preços domésticos da gasolina com as cotações internacionais.

Isso porque precisa realizar investimentos bilionários e vive momento conturbado, com diversas acusações de envolvimento com suposto esquema de corrupção que levaram a empresa a atrasar a publicação dos resultados do terceiro trimestre.

A Fitch também afirmou que o fato de combustíveis serem atualmente vendidos a valores mais altos do que no exterior não deverá propiciar o surgimento de concorrentes da Petrobras na importação de combustíveis no curto prazo.

Isso porque o país enfrenta gargalos de logística e o enfraquecimento contínuo do real frente ao dólar.

Alguns analistas que acompanham a Petrobras chegaram a discutir a possibilidade de a estatal reduzir preços de combustíveis para evitar a concorrência, mas alguns deles consideraram a possibilidade improvável no atual cenário.

Chegou-se a especular ainda a possibilidade da redução dos preços como oportunidade para o retorno da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o que não traria impacto nas bombas para os combustíveis fósseis.

"A reintrodução da Cide, um imposto sobre a gasolina, poderia compensar o impacto dos preços mais baixos da gasolina na refinaria e aumentar a competitividade do etanol na bomba", ressaltou a Fitch.

"Os incentivos governamentais são necessários para ajudar o setor (de etanol)", disse a Fitch, que espera algum alívio aos produtores com o esperado aumento da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina para 27,5 por cento, de 25 por cento.

Preço do etanol cai ao nível mais baixo em 9 anos na bolsa de Chicago. Michael Hirtzer – O Globo, Economia. 09/01/2015

CHICAGO (Reuters) - Os contratos futuros de etanol caíram para os níveis mais baixos em quase uma década nesta quarta-feira, após dados do governo norte-americano mostrarem a maior oferta do combustível em cerca de um ano no país, disseram operadores.

O Administração de Informação de Energia (AIE) informou que os estoques de etanol subiram 1,38 milhão de barris, para 20,23 milhões de barris, na semana que terminou em 9 de janeiro.

O aumento no comparativo semanal foi de mais de 7 por cento, o maior desde que a AIE começou a acompanhar os dados em 2010, enquanto a média de produção diária aumentou em 29 mil barris por dia, para 978 mil bpd.

O aumento da oferta ocorre em um momento em que o etanol está sendo negociado com um raro prêmio sobre a gasolina, que está ajudando a conter a demanda do biocombustível.

A queda no preço do petróleo e da gasolina também tem sido uma questão para indústria de combustíveis alternativos, dizem os especialistas.

O contrato para fevereiro em Chicago caía 5,88 por cento por volta das 15h48 (horário de Brasília), a 1,328 dólar por galão, após atingir 1,29 dólar por galão, o menor nível desde junho de 2005.

Preços do etanol caem nos EUA, e setor teme aumento de importação. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 23/01/2015

Os produtores de etanol estão preocupados com um possível aumento das importações do combustível dos Estados Unidos neste ano.

A arbitragem de preços entre os valores de mercado externo e interno favorece as importações para Nordeste e Norte, onde os preços são superiores aos do centro-sul.

As regiões Nordeste e Norte consomem 23% da gasolina do país, mas produzem apenas 10% do etanol.

Os custos de logística para o Nordeste vão ser o diferencial entre os preços praticados no centro-sul e nos EUA.

Em geral, o ritmo de importações cresce em março, final de safra no Nordeste.

Em 2014, o Brasil importou 452 milhões de litros, 243% mais do que em 2013. Desse total, 242 milhões ocorreram de fevereiro a abril.

Outro fator que favorece a importação de etanol -e que preocupa o setor produtivo- é a diferenciação de tributação entre o combustível e a gasolina.

As importações de gasolina pagam 11,75% de PIS e Cofins, uma taxa inexistente nas operações com álcool.

Analisando o cenário para esse mercado, Julio Maria Borges, sócio-diretor da JOB Economia e Planejamento, diz que, "com a forte queda de preços do etanol norte-americano e com a alta de preços no mercado interno, o atual diferencial de preços entre os dois mercados viabiliza a importação do produto dos EUA".

A viabilidade das importações de etanol do mercado dos EUA para a entressafra cria um novo teto para o preço do etanol no mercado interno na faixa de R\$ 1,40 a R\$ 1,50 por litro, segundo ele.

As exportações de álcool recuaram para 1,4 bilhão de litros no ano passado, 52% menos do que em 2013.

BP Biocombustíveis vai injetar R\$ 325 milhões em etanol no Brasil – Valor Econômico, Agronegócios. 27/01/2015

SÃO PAULO - O braço sucroalcooleiro da petroleira BP, a BP Biocombustíveis, vai realizar um novo aumento de capital na operação brasileira. Em convocação feita a acionistas, a companhia informou a proposta de injeção de R\$ 325,092 milhões na empresa.

A Assembleia Geral Extraordinária que votará o aumento de capital está marcada para o dia 4 de fevereiro. Procurada, a BP ainda não retornou.

Em nota, a BP Biocombustíveis informou que o recurso será usado no financiamento de seus projetos de investimento em andamento, como a ampliação do canavial para safra de 2015 e "melhoria contínua de suas operações industriais".

Há um pouco mais de um mês, a BP Biocombustíveis aprovou um outro aumento de capital - de R\$ 242 milhões - na operação brasileira de cana-de-açúcar.

O recurso, conforme informou a empresa à época, seria usado para financiar projetos de investimento em andamento, como a expansão da unidade Tropical, localizada em Edeia (GO).

A BP está no Brasil em biocombustíveis desde 2008, mas a maior parte de seus aportes nessa área vem sendo feito desde 2011. A empresa tem três usinas de açúcar e etanol em operação no país.

Mudanças em Cuba, desafios e oportunidades. Rubens Barbosa – O Estado de São Paulo, Opinião. 27/01/2015

Estava em Havana, na semana passada, quando se iniciaram os históricos entendimentos entre Cuba e EUA para o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Na qualidade de presidente do Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), conversei com economistas, homens de negócios e membros do governo cubano sobre o atual momento político e econômico na ilha e sobre as perspectivas e os desafios para o Brasil no relacionamento com Cuba, nos próximos anos.

O primeiro aspecto que chama a atenção de qualquer visitante é a resignação da população diante das suas limitadas condições de vida. Há escassez de alimentos e de quase tudo, de serviços, em especial de transportes coletivos, e de moradia, com até três gerações de uma mesma família dividindo precários edifícios de pequenos apartamentos.

Desde 2011 o governo de Havana passou a implementar um plano econômico de longo prazo com vista a estabilizar a economia com maior crescimento e a corrigir as grandes distorções macroeconômicas atuais quanto ao câmbio (sem modificação desde 1959, acumula uma depreciação de 24.000%), à taxa de juros, aos salários e ao baixo nível de investimento. Apesar disso, a economia deve crescer entre 3% e 4% em 2015. Esse programa de governo vai agora ser confrontado pelos desafios do restabelecimento das relações com os EUA.

Assim como na área política, o governo de Cuba deverá continuar a manter a economia sob rígido controle. A aspiração mais forte hoje na sociedade cubana é por trabalho, casa e carro, sem preocupação ideológica contra o governo. Há uma pacífica submissão política, contestada por uma minoria sem significação na prática. A "perestroika" cubana em curso continuará a ser gradual e realizada segundo as prioridades e os interesses do Partido Comunista, no poder. Em Cuba deve ocorrer, assim, mais um experimento de socialismo com paulatinas modificações de mercado. Com as ressalvas das peculiaridades de cada país, o modelo que Cuba deverá seguir será muito semelhante ao da China e do Vietnã: abertura econômica gradual e nas áreas de interesse do Estado e rígido controle político pelo partido e pelos militares.

A economia continuará estatizada e planificada, com um papel mais ativo de pequenas empresas não estatais - individuais ou cooperativas - nos setores agrícola, de comércio e industrial. Desde 2011, com a liberalização de alguns setores, surgiram pequenos negócios, que já contam com 500 mil pequenos empresários "autoempregados", representando cerca de 5% da economia.

Nesse novo processo econômico, segundo lei aprovada em 2013, uma das prioridades é a abertura ao capital estrangeiro em setores de estrito interesse do governo de Havana, como turismo, petróleo, biotecnologia, alimentação e energia renovável (biomassa).

A negociação para o restabelecimento das relações e a abertura das embaixadas em Havana e em Washington deverá estar concluída nos próximos meses, abrindo-se uma nova fase na história de Cuba. Do lado cubano, os principais objetivos nessa etapa da negociação são a retirada do país da lista de países que apoiam o terrorismo e o fim do embargo - "o mais longo genocídio da história", lê-se numa grande placa perto da Praça da Revolução -, para restabelecer a normalidade econômica, comercial e financeira com os EUA e com o mundo.

Em pronunciamento ao Congresso dos EUA no último dia 20, o presidente Barack Obama defendeu o fim do bloqueio econômico. Essa decisão, contudo, não virá em curto prazo, porque depende não do Executivo, mas do Congresso, onde os republicanos têm maioria e dificilmente aprovarão a revogação da Lei Helms-Burton, de 1996. Embora a oposição da comunidade cubana na Flórida tenha diminuído, esse tema não aparece como uma de suas prioridades e não deverá ter muito significado na agenda da campanha presidencial de 2016. Por essa razão e pelos estritos controles que estão sendo estabelecidos pelo governo cubano, não deverá haver uma invasão comercial norte-americana, mesmo depois do fim do embargo.

É importante que o setor privado, com o apoio do governo brasileiro - que desfruta posição privilegiada junto ao governo cubano -, tenha uma ideia clara dos desafios e das oportunidades do mercado cubano, sobretudo para minimizar as dificuldades para explorar o mercado local. A maior delas será não a falta de pagamento, como ocorre na Argentina e na Venezuela, mas a forte competição dos produtos norte-americanos, chineses e europeus. O risco de perda do espaço conquistado até aqui pelas empresas brasileiras estará nas áreas dos investimentos em infraestrutura, do fornecimento de máquinas e equipamentos, de alimentos e de produtos agrícolas.

As oportunidades que se abrirem deverão concentrar-se nos setores e nos projetos de interesse do governo cubano e deveriam ser rapidamente examinadas pelas empresas brasileiras. O apoio político do governo de Cuba é um dado positivo que deve ser utilizado na identificação de nichos de mercado, como o de alimentos (mercado de US\$ 2 bilhões em 2014) e o de geração de energia a partir do bagaço de cana. Em ambos, as empresas brasileiras vão sofrer a competição dos produtos norte-americanos e por isso não há tempo a perder a fim de ocupar espaços para abrir o mercado ou ampliar sua presença tanto no fornecimento para a cesta alimentar básica e os vazios supermercados locais quanto na apresentação de propostas de colaboração no setor de etanol e geração de energia.

Nesse novo cenário, se nada for feito, o Brasil, do ponto de vista econômico e comercial, poderá ser um dos países mais afetados negativamente pelas mudanças internas, assim como a Rússia, o Canadá e a China, a maior parceira comercial de Cuba.

*Rubens Barbosa é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp
